

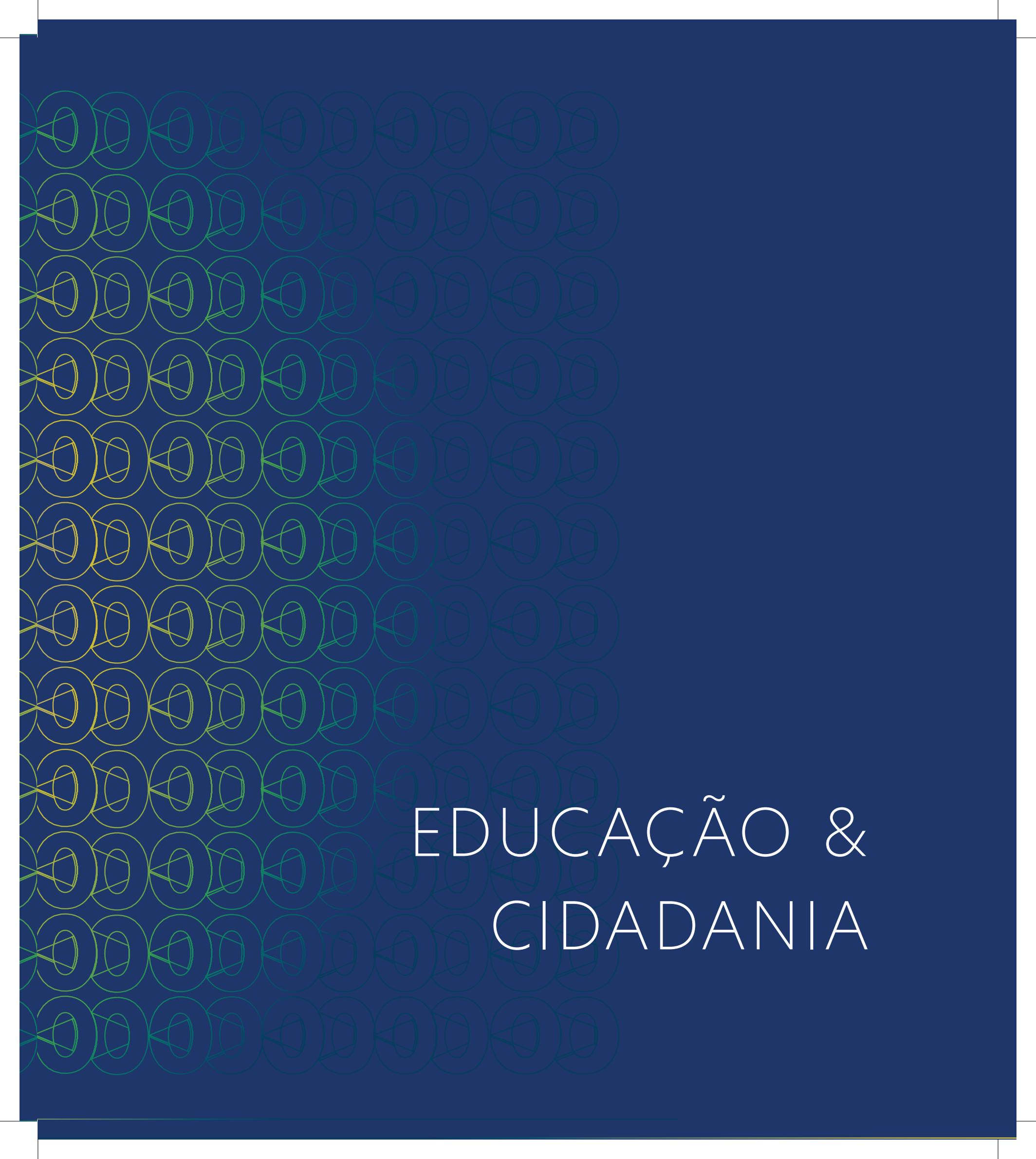


200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



EDUCAÇÃO &
CIDADANIA



SEM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NÃO CHEGAREMOS A LUGAR ALGUM



Maria Helena Guimarães de Castro

*Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE).
Foi secretária-executiva do Ministério da Educação,
secretária de Educação do estado de São Paulo e
presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
Educacionais (INEP)*

Para analisar a trajetória da educação e da cidadania no Brasil ao longo dos últimos 200 anos, desde a Independência, divido minha análise em duas fases: da proclamação da Independência, em 1822, até a promulgação da Constituição Federal de 1988; e daquele momento histórico até hoje. Entre a Independência e a Constituição, a ampliação da cidadania foi obstaculizada pelo fato de a educação básica não ter sido garantida para todos. No início dos anos 60 do século XX, o Brasil tinha a absurda taxa de 40% de adultos analfabetos. Na época, poucas pessoas tinham acesso à educação básica e pouquíssimas concluíam os quatro anos de primário, que era o único nível obrigatório. Na década de 1960, apenas 31% das crianças e jovens de 6 a 18 anos estavam na escola. Era uma escola excludente, para poucos.

A Carta de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, abriu a possibilidade de a educação se tornar um direito de todos. Apenas na década de 1990 é que a educação básica ganhou ênfase na política pública e a cidadania se consolidou. A partir daí, tivemos uma extraordinária inclusão

do ponto de vista do acesso à educação básica para todos. Mesmo assim, ainda em 1995, véspera do século XXI, tínhamos 25% das crianças pobres e mais vulneráveis fora da escola. O Fundef (*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério*) e o Fundeb (*Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica*) foram essenciais para garantir a ampliação do acesso à escola. No entanto, a qualidade do nosso ensino se mantém muito inferior à média internacional e tremendamente desigual conforme a classe social do aluno. Pelas evidências de pesquisas, estudos e avaliações, pode-se dizer que a educação brasileira não tem evoluído sua qualidade e tem ampliado suas desigualdades nos últimos anos. Houve avanço do ponto de vista do acesso e da inclusão, mas do ponto de vista da qualidade, observa-se melhoria da qualidade apenas nos anos iniciais e aumento das desigualdades.

Daqui para a frente, os desafios serão ainda maiores, porque, além das desigualdades terem aumentado, temos o problema da pandemia, que afetou a educação em todos os países, mesmo os mais desenvolvidos. Não há hoje uma total clareza sobre a gravidade da situação, nem quanto tempo será necessário para superar os efeitos dramáticos da pandemia sobre a educação. Muitos acreditaram estar tudo resolvido: que a pandemia acabou e daremos um salto para a

frente. Contudo, estamos diante de uma situação mais complexa, uma vez que milhares de professores e alunos abandonaram a escola ou perderam engajamento e compromisso com a rotina escolar. Daqui para a frente vai ser tudo mais difícil.

INCLUSÃO ESCOLAR APENAS NÃO BASTA

O *Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)* foi aplicado pela primeira vez no Brasil em 2000 e a cada três anos temos nova rodada. De 2000 até 2018, houve um aumento na inclusão de alunos, mas mantivemos mais ou menos o mesmo patamar de mediocridade em relação ao seu desempenho. Incluímos na matrícula, mas evoluímos pouco na qualidade. Em 2000, a amostra de alunos aptos a fazer a prova representava 31% da população entre 15 e 16 anos. Em 2018, tivemos um salto para 64% de alunos. Foi uma inclusão tão rápida, com adequação idade-série ao longo desses anos, que o diretor do PISA destaca o Brasil como o país que menos piorou ao realizar a inclusão de alunos de diferentes estratos socioeconômicos. Trata-se de um fato a ser comemorado, pois mesmo com a rápida expansão das matrículas, não houve queda de desempenho.

O problema está na má qualidade do ensino, inclusive para os estudantes

da elite rica brasileira, com acesso a escolas de alto nível. É alarmante que mesmo alunos de nível socioeconômico elevado, com acesso a bens culturais, cujos pais têm ensino superior completo, não consigam ter desempenho equivalente à média dos alunos da OCDE. A única maneira de melhorar essa situação é investir pesadamente na formação de professores. Em geral, eles saem da faculdade sem conhecimento pedagógico do conteúdo que vão ensinar, sem saber aplicar a didática aos conteúdos e sem conhecer o currículo por competências, lançado em 2000 pelo PISA e que orienta todos os países da União Europeia.

No Brasil, ainda há professores e pedagogos que, por preconceitos ideológicos e amarras conceituais antigas, são contra o currículo por competências. Não sabem que, para desenvolver competências interdisciplinares, os alunos precisam aprender conteúdos disciplinares, sem os quais não serão capazes de desenvolver nem as competências cognitivas tradicionais nem as chamadas *soft skills*, essenciais para o presente e o futuro: abertura ao novo, empatia, resiliência, pensamento crítico, criatividade e solução colaborativa de problemas. Essa resistência ao currículo por competências comprova que é impossível melhorar o ensino sem formação de professores, em um projeto de país que leve a educação

a sério. Esse é nosso grande desafio: implantar um projeto de país que junte educação e desenvolvimento social e econômico. Sem enfrentá-lo, não teremos futuro promissor para as novas gerações no terceiro centenário da Independência.

CULTURA PRÓ-EDUCAÇÃO

Precisamos mostrar que melhorar a equidade e a qualidade da educação é fundamental para o Brasil e para cada brasileiro. Uma nova agenda deve mostrar que tudo vai depender da educação: melhoria da produtividade, aumento da renda, crescimento econômico, obtenção de emprego, saúde e segurança pública. Falta uma agenda de comunicação para mostrar isso, criando uma nova cultura pró-educação no país. Precisamos desenvolver um projeto de nação no qual a educação seja a política pública mais importante para retomar o crescimento, para aumentar a produtividade e para que as pessoas tenham mais empregabilidade. O ensino superior para todos não vai resolver, até porque nenhum país do mundo tem ensino superior para todos. É a educação de base que deve ser para todos. Uma dificuldade adicional é que o brasileiro, em geral, acredita que a educação

ministrada no país está boa, quando, efetivamente, não está.

Em torno de 22% dos jovens de 18 a 24 anos vão para o ensino superior no Brasil. No entanto, mais da metade das matrículas é de alunos acima de 25 anos. São pessoas que terminam o ensino médio mais tarde, ou que precisaram entrar no mercado de trabalho e só depois conseguiram fazer faculdade, no período noturno. Não adianta aumentar o número de alunos que vão para o ensino superior se estes abandonarem seus cursos. A taxa média de evasão nas universidades públicas hoje é 50%; nas universidades particulares, o índice é 62%. Não conseguem seguir os cursos por falta de educação básica de qualidade e, muitas vezes, devido à desconexão dos currículos dos cursos superiores com sua profissionalização para o mundo do trabalho. Ou seja, os jovens vão para o ensino superior e o abandonam porque não têm o conhecimento fundamental necessário e precisam trabalhar para complementar a renda das famílias.

Além de defender a ideia de cotas, para os alunos de baixa renda, é importante melhorar o ensino médio e fazer com que ele seja suficiente para dar empregabilidade aos alunos que não vão para o ensino superior. E, também, para que dê uma boa base para aqueles que ingressarão em universidades.

Esse é nosso grande desafio: implantar um projeto de país que junte educação e desenvolvimento social e econômico. Sem enfrentá-lo, não teremos futuro promissor para as novas gerações no terceiro centenário da Independência.

ALFABETIZAÇÃO PARA A CONTEMPORANEIDADE

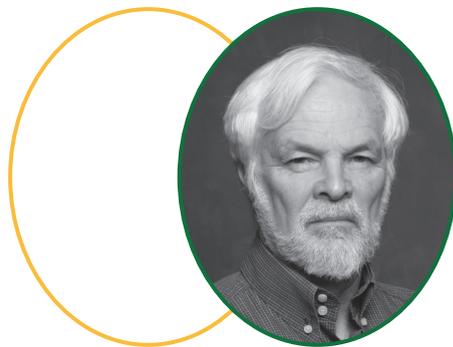
Maria Helena de Castro aborda três questões centrais: o abandono histórico da educação ao longo de 200 anos, o salto recente na ampliação das matrículas e o fato disso não se distribuir equitativamente. Houve avanço na quase universalização da matrícula, mas não em frequência, assiduidade, permanência, aprendizagem e aproveitamento do aprendizado, para formar uma população alfabetizada para a contemporaneidade: falar e escrever muito bem o português; falar e ler mais de um idioma; saber as bases das ciências, da matemática, da geografia, da história e de problemas do mundo moderno; ter familiaridade com o uso das ferramentas digitais; dispor de pelo menos um ofício; adquirir sensibilidade para a solidariedade entre os seres humanos e com a natureza; ser capaz de aprender ao longo de toda a vida; e ter a motivação de lutar por um país e um mundo melhor e mais belo.

A consequência é que, apesar do avanço na educação a partir de 1988, a evolução da qualidade ocorreu de forma desigual, provocando aumento em quatro brechas de desigualdade: entre as crianças pobres e as ricas, entre algumas cidades e outras, entre o Brasil e outros países e, sobretudo, entre o que é ensinado e o que o mundo atual exige que se conheça para sair do analfabetismo para a contemporaneidade.

Para evitar essas quatro brechas, as próximas décadas vão assistir a dois tipos de debates relacionados à educação: como será a sala de aula do futuro e qual a política pública que irá assegurar salto na qualidade e na equidade do sistema escolar. Como evoluir da “aula teatral” – professor, aluno e quadro negro em sala – para a “aula cinematográfica” – professor, tecnologia de informação, bancos de dados e redes de mídia; como avançar de quase 7 mil frágeis e desiguais sistemas municipais para um sistema único, público e nacional de educação de base.

Se esse debate não surgir em propostas adotadas para uma estratégia de médio e longo prazo, o Brasil perderá mais uma chance de construir seu desenvolvimento e se situar em posição de destaque no mundo civilizatório do século XXI.

ATIVOS E PASSIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



Cláudio de Moura Castro

Pesquisador, educador, escritor e Ph.D. em Economia. Foi diretor-geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), chefe da unidade de políticas de formação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), economista sênior do Banco Mundial e chefe da divisão de programas sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Nossa educação é bem fraquinha, não podemos ignorar isso, mas temos que entender a origem da sua fragilidade. É que quase nada aconteceu durante quatro séculos. Tampouco podemos deixar de comemorar alguns sucessos, pois de algumas décadas para cá, demos um grande salto. É inevitável, na correria, tropeçarmos aqui e acolá. O que é pior é que herdamos uma escola inadaptada para lidar com os alunos mais pobres. Com as trapalhadas geradas pela pandemia de Covid-19, confundimos ainda mais pedagogia com tecnologia.

O GRANDE PROBLEMA NÃO É O QUE FAZEMOS DE ERRADO, MAS O QUE DEIXAMOS DE FAZER DURANTE QUATRO SÉCULOS.

O principal passivo da educação brasileira é a sua quase total inexistência nos primeiros 400 anos da nossa história. Quando, ainda no século XVIII, os Estados Unidos tinham praticamente toda a sua juventude na escola, o Brasil tinha apenas 3%.

Temos massa crítica intelectual para agir certo e dar um salto exponencial na educação.

eleitores acham que a educação brasileira é boa. Sendo assim, não há razão para um político ou administrador desgastar-se para melhorá-la, afinal, há tantos outros assuntos que desagradam mais. Portanto, um grande desafio é convencer o Brasil de que é péssima a nossa educação. De fato, a maior prioridade da educação brasileira deveria ser atingir um alto nível de qualidade, mas é uma lástima o pouco que se faz nessa linha.

Porém, há que se reconhecer alguns aspectos positivos: são nossos ativos. A principal façanha foi o grande salto dado no fim do século XX, quando houve um substancial aumento de matrículas em todos os níveis de ensino. Em particular, a frequência à escola inicial foi universalizada.

Outra realização importante foi a preparação, na segunda metade do século XX, de uma elite intelectual de primeira grandeza. Para isso, nos ajudaram as dezenas de doutorados de padrão internacional. Na década de 1950, tínhamos zero pesquisas publicadas internacionalmente. Hoje, somos o 13º país em número de artigos científicos. Preparamos uma enorme quantidade de pessoas que sabem decidir o que precisa ser feito e, como mostram realizações em outras

áreas, sabem também como fazer. Temos massa crítica intelectual para agir certo e dar um salto exponencial na educação.

Antes, pouco consenso havia nesses assuntos de educação; cada autodeclarado profeta oferecia a sua receita mágica, mas, felizmente, começamos a ter uma boa convergência em torno de uma agenda educacional com os pés no chão. Pessoas em posições diferentes e biografias diferentes convergem na mesma problemática e, em boa medida, nas mesmas estratégias para superar as dificuldades. Nas inúmeras propostas para melhorar a educação, todos se preocupam com a desigualdade, com a qualidade do ensino e com a formação dos professores.

Da mesma forma, muitos dos que debatem educação estão conscientes de que nossa sociedade não percebe que ela é de má qualidade. Esta, por sua vez, depende da consciência nacional de que o futuro do país exige superar nossa penúria educacional. Tal avanço depende, sobretudo, da formação e da valorização dos professores. Esse é um círculo vicioso no qual estamos presos, mas que pode se transformar em um círculo virtuoso.

Um segundo passivo é a atitude morna da sociedade em relação à importância da educação. De fato, como dar a ela a devida importância se, entre 1880 e 1980, o Brasil cresceu mais depressa do que qualquer outro país do mundo, apesar do seu descaso pela educação e o conseqüente atraso educacional do povo? Essa memória coletiva é danosa.

O terceiro passivo é que os brasileiros estão satisfeitos com ela. Com efeito, segundo as pesquisas, 70% dos

ALUNOS POBRES DE HOJE EM ESCOLAS CONCEBIDAS PARA AS ELITES MEDIEVAIS?

Nossas escolas atuais são quase uma extensão das universidades medievais. Paris, Bologna, Pisa, Cambridge, Oxford, Heidelberg e outros poucos lugares tinham universidades criadas para preparar o clero e as elites. Nelas, os professores eram a elite da elite. A sua tarefa era ensinar Filosofia e Teologia (mais adiante, Direito), sempre lidando com palavras e mais palavras, que eram usadas para transmitir abstrações. Era uma pedagogia puramente das palavras, sempre no mundo da abstração. Nada de aplicações, nada de exemplos. O ensino médio foi criado como uma preparação para elas, copiando seu modelo. Em consequência, através dos tempos, persiste até hoje, nos ciclos iniciais, uma pedagogia com sabor escolástico, totalmente inadequada para os alunos mais pobres.

Quando os filhos das elites começam a entender algumas palavras, as conversas paternas e maternas passam a funcionar como uma escola que,

sem interrupções, vai prepará-los para o primeiro dia de aula. Portanto, já chegam socializados no uso sofisticado da língua que adota a escola. Quando um menino de família pobre chega à escola, acha que ali estão falando javanês, não entende o que ela diz e até o vocabulário lhe falta. Sendo assim, começa com uma desvantagem gigantesca, porque seu mundo é distante de uma escola que se compraz no mundo da abstração, operando com um universo linguístico que lhe é estranho. A desigualdade de resultados é a única coisa que poder-se-ia esperar e sabemos ser muito difícil superar essa diferença inicial, não apenas no Brasil.

TECNOLOGIA NÃO É PEDAGOGIA

Há uma séria confusão na cabeça de muitos: confundem tecnologia com pedagogia. Usando uma metáfora, a pedagogia se ocupa com a qualidade da pizza; a tecnologia diz respeito ao seu entregador, ou seja, ao método de levá-la aos alunos. Na pizzeria, a pedagogia lidaria com a excelência do processo culinário. A tecnologia com o método de *delivery*: motoboy, bicicleta? Pode haver uma pizza ruim entregue em minutos por um *drone*, ou uma pizza ótima que vai de carroça. Pode haver um ensino medíocre, cujo

sistema de transmissão se vale da última palavra em realidade virtual. Ou, um bom ensino entregue apenas com um quadro de giz. Uma coisa é a ciência (cognitiva) de apresentar o conhecimento de forma a ser facilmente absorvido pela cabeça do aluno. Outra é o processo usado para fazer chegar ao aluno esse conhecimento: pode ser com “cuspe e giz”, por correspondência ou pela internet. Avanços na fase de *delivery*, podem coexistir com estagnação na estratégia de ensinar. Para muitos, tecnologia “moderna” é igual a bom ensino.

No bojo dos transtornos criados pela pandemia de Covid-19, uma pesquisa da *Fundação Lemann* mostrou que mais de 90% dos alunos brasileiros frequentando o ensino médio tinham um *smartphone*. Outras pesquisas mostraram que os jovens preferem ler no celular a ler no computador. Portanto, a falta de computadores e conexões tem sido magnificada, sendo a desculpa favorita para as dificuldades. Porém, o problema principal não foi a falta de acesso à tecnologia moderna e sim uma forma de ensinar antiquada, ineficaz e, ademais, inapropriada para o ensino a distância. Culpou-se a fragilidade da tecnologia (que até é fraca mesmo), mas o verdadeiro problema estava em um ensino que já era muito ruim na sua versão presencial.

SUPERAÇÃO DE BARREIRAS LINGUÍSTICAS

*Com sua ideia do passivo paradoxal – crescer sem precisar de educação, logo, educar não parece fundamental – **Claudio de Moura Castro** nos deixa o otimismo de que, diante da realidade atual, a população pode vir a ser convencida de que conhecimento, inovação e tecnologia são fundamentais para o progresso, tanto no crescimento da produção econômica quanto na melhoria no bem-estar da população.*

O crescimento econômico ocorrido no país entre 1880 e 1980 não será repetido sem um aproveitamento do maior recurso do século XXI: a criatividade desenvolvida graças à educação. A falta de educação, que não fez falta até o final do século passado, hoje é a principal causa da barreira paralisante que trava o Brasil.

A maior parte dos especialistas em educação debate a qualidade da educação com base na estrutura do seu sistema administrativo, do conteúdo do currículo e das ferramentas tecnológicas usadas. Claudio de Moura Castro nos traz duas reflexões inovativas: a desvantagem na largada por crianças que entram na escola com ensino abstrato, sem ter adquirido vocabulário rico em abstrações na primeira infância; e a dimensão da aprendizagem prática como condição para o aproveitamento escolar.

O pesquisador mostra que, muitas vezes, as análises e avaliações confundem o método pedagógico com as ferramentas tecnológicas. Estas não corrigem os defeitos do método, mas este deve ter a chance de usar as vantagens das tecnologias modernas, não apenas por sua utilidade na prática pedagógica, mas também por sua dimensão lúdica, conforme o gosto das crianças e adolescentes da contemporaneidade. Da mesma maneira que é preciso quebrar a barreira social que impõe linguagem abstrata aos pobres, é preciso quebrar a barreira geracional que desmotiva o aluno jovem ao uso de ferramentas tradicionais.

PROFESSORES BEM FORMADOS SÃO A CHAVE DA TRANSFORMAÇÃO



Rossieli Soares

Ex-ministro da Educação, foi também secretário de Educação dos estados do Amazonas e de São Paulo, vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e secretário de Educação Básica do Ministério da Educação

Muita gente gosta de lembrar que “na minha época, a escola era melhor”. Não há como comparar, porque antigamente a educação era para poucos. Nem ao menos havia a proposta de ser para todos. Só a partir da década de 1990, o Brasil tomou a decisão de colocar todas as crianças na escola e tornar o ensino médio uma etapa obrigatória do ciclo escolar. Ter as crianças na escola foi um grande avanço, mas, para ter equidade, a educação precisa oferecer a mesma qualidade. Com a pandemia, a permanência dentro da escola ficou ainda mais difícil.

Nas próximas décadas, precisamos tomar a decisão de dar à educação a mesma prioridade dada a outros temas, como a economia. Todos falam em criar emprego, mas não olham para a educação como o principal fator de geração de empregabilidade. O SENAI (*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*) forma, anualmente, milhares de jovens, mas, ainda assim, o total de formados não é suficiente para ocupar as vagas existentes devido à falta de preparo de milhões de desempregados, que não têm a qualificação necessária.

Nas próximas décadas,
precisamos tomar
a decisão de dar à
educação a mesma
prioridade dada a
outros temas, como a
economia.

Não é possível continuarmos com a péssima qualidade de ensino que estamos praticando. Precisamos enfrentar o desafio de dar qualidade à educação que já oferece matrícula. A educação não sobe de patamar sem um pacto nacional, acima de governos do momento, para que ela seja prioritária nos próximos anos e décadas. É necessário olhar para as novas tecnologias e, ainda mais, para as competências socioemocionais. Temos um desequilíbrio na saúde mental dos nossos alunos que exige cuidado redobrado. Uma premissa fundamental para melhorar a qualidade da educação no país é colocar a formação de professores

como prioridade, porque eles vão ser sempre a chave da transformação.

Não é possível escondermos o problema de precarização na formação dos nossos profissionais, ainda mais ao fazermos educação a distância de forma massiva. Partindo de onde partimos, fazendo inserção de muita gente na educação em pouquíssimo tempo, precisamos de um esforço maior do que o de outros países que já investem há 200 anos. São necessários mais investimentos na área, com eficiência gerencial e escolhas baseadas na ciência, para termos o melhor resultado possível, sem desperdícios. A escola não pode ser um mero depósito de crianças. Precisamos de mais dinheiro para superar *déficits*, como escolas sem banheiro e com falta d'água.

A qualidade do ensino, entretanto, depende de outros fatores, e não simplesmente de colocar mais recursos financeiros na educação básica. Não adianta aumentar o dinheiro se a mentalidade de quem está liderando o processo nos municípios não for comprometida com educação. A qualidade depende, também, da liderança política. Temos discussões sobre salários e sobre atratividade de profissionais, mas é preciso ver que há lugares com salários altos e qualidade baixa. Enquanto a mentalidade ficar prisioneira de mais recursos financeiros, estaremos colocando crianças em espaços que não são adequados.

A educação infantil já está recebendo investimento maior, mas sem um referencial correto para o desenvolvimento dos alunos. Deveríamos fazer investimentos mais inteligentes, com uma organização orçamentária mais eficiente. O modelo do Fundeb (*Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica*) provoca gastos inadequados devido ao excesso de arrecadação no final do ano, forçando improvisação para recursos inesperados, sem possibilidade de planejamento. As universidades públicas são desincentivadas a buscar financiamento fora do setor público, amarrando o desempenho apenas aos recursos públicos.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO É FUNDAMENTAL

Temos um problema anterior: precisamos melhorar a autoestima da categoria. Começa aí o desincentivo dos jovens para a carreira do magistério. A questão salarial é importante, mas o clima criado pelos professores para diminuir a própria profissão não decorre só do fator financeiro. A nova carreira de professor em São Paulo, por exemplo, oferece salário inicial mais alto que 92% da população do estado recebe. Mesmo assim, faltam professores, porque não há jovens querendo a profissão. Formamos mal o professor; ele chega à sala de aula sem saber o que fazer, em uma escola sem encanto, e se dedica a falar mal da

carreira que escolheu. Ao ouvirem isso, os jovens pensam “*não vou querer essa vida para mim*”.

Uma enfermeira sofre a falta de condições, inclusive salarial, mas não fica todos os dias dizendo que é muito difícil ser enfermeira. Ela mantém a chama e o status da profissão. A consequência é haver grande número de jovens querendo ser da área da saúde, mas não temos esse número querendo ser da área de educação. A valorização não pode ser resumida a salário; tem que ser algo muito mais amplo.

É claro que é parte importante da valorização, mas não pode ser somente esse aspecto. Quando olhamos para os países mais desenvolvidos, há uma valorização do professor, independentemente do salário. A Finlândia, que é modelo, não paga um salário alto, se comparado com o resto das profissões, mas o respeito e o reconhecimento da sociedade finlandesa aos educadores são assustadoramente maiores do que ocorre no Brasil. Atraímos poucos, e não atraímos os talentos.

Há décadas, ou séculos, desincentivamos a atração de talentos para a carreira do magistério e fazemos uma formação de péssima qualidade para os professores, totalmente descolada da necessidade daquilo que está acontecendo dentro da sala de aula. O pedagogo é o responsável pelos primeiros mil dias de uma criança, essenciais

no seu desenvolvimento. Ele se responsabiliza pela educação infantil, pela alfabetização, por português, matemática, história, enfim, por tudo que é ensinado do primeiro ao quinto ano. Na maioria dos cursos, ele não estuda neurociência e não sabe como a criança aprende. A maioria dos nossos cursos universitários não se preocupa com essa questão óbvia.

A primeira grande ação para melhorar a educação é atrair talentos para o magistério. Se ela não é prioridade, a partir de um plano de nação, obviamente não vamos conseguir atraí-los. Não corrigiremos isso em menos de uma década, porque teremos que mudar os cursos de nível superior. Um dos temas mais centrais para as próximas décadas é fazer a reforma no ensino superior, especialmente nas licenciaturas e pedagogias. Para piorar o quadro, a EAD (*Educação a Distância*) agora é adotada para tudo, sem a seriedade necessária para esse modelo. Virou um *business*, sem preocupação com a qualidade, e as universidades públicas não têm capacidade para gerar a quantidade de profissionais de que precisamos.

Precisamos recuperar a essência do que é ser professor com formação dirigida à sala de aula. A reforma na formação dos nossos profissionais precisa desenvolver uma nova cultura com autoestima, para superarmos as consequências de uma geração falando das amarguras, em vez de incentivos à grandeza da profissão. Devemos colocar isso no nível

A primeira grande ação para melhorar a educação é atrair talentos para o magistério. Se ela não é prioridade, a partir de um plano de nação, obviamente não vamos conseguir atraí-los.

de prioridade mais elevado no nosso debate político, acima de qualquer partido, para entrar em uma centralidade de prioridade, independentemente de quais sejam os próximos governantes.

Somos um país que cada vez mais tem colocado os talentos no lugar errado. Todo mundo entende que seria um absurdo colocar o talento do Neymar em um time de basquete, mas na educação fazemos isso o tempo todo: colocamos um garoto bom em matemática em outra área. Assim, perdemos talentos. Está na hora de a educação apostar na vocação e no talento dos nossos jovens, dando protagonismo a eles. Essa é a transformação de que o Brasil precisa. E isso tudo passa pelo bom professor, bem remunerado, bem-preparado, incentivando nossos jovens.

CONSTRUTORES DE MENTES

*Qualquer povo que deseje caminhar para um destino melhor deve ter claro que o futuro estará nas mãos das crianças de hoje e que elas são formadas por seus professores. Por isso, como bem acentua o ex-ministro da Educação **Rossieli Soares**, nada é mais importante para o futuro do país do que a boa formação dos professores.*

Apesar do quadro trágico que caracteriza a carreira e o desânimo do magistério, ainda temos 200 mil professores que carregam heroicamente, embora não satisfatoriamente, a educação de mais de 50 milhões de crianças em idade escolar. Sem eles, o Brasil seria um deserto de ideias e perspectivas. Os próprios professores de hoje raramente se alegram quando seus filhos dizem optar pela carreira do magistério. É preciso que, ao nascer uma criança, seus pais digam orgulhosos: "Este, ao crescer, vai ser professor". Esta seria a grande ruptura do terceiro centenário em relação aos 200 anos passados. A mãe de todas as demais rupturas.

Para tanto, será necessário que as frágeis carreiras municipais e estaduais sejam substituídas por uma robusta carreira nacional de magistério, com elevado salário e dedicação exclusiva à escola onde estiver assignado, sujeito a consequentes avaliações periódicas. Uma condição preliminar é oferecer um excelente salário para atrair os melhores talentos à carreira de magistério; fazer uma revolução no ensino universitário dirigido às especialidades do magistério, comprometendo a formação para o exercício do ensino; garantir formação continuada e acrescentar vantagens e posturas sociais que demonstrem o máximo de respeito ao professor.

Poucos indicadores são mais enfáticos na origem da fragilidade de nossa educação do que na comparação das notas para ingresso no ensino superior, conforme o curso escolhido. Os alunos que optam por pedagogia são os que têm menor pontuação, enquanto o curso de medicina apresenta a maior nota (813,40) para o aluno que busca vaga no SISU (Sistema de Seleção Unificada) nas universidades públicas. O curso de pedagogia tem a menor nota (591,89).

SEM UMA REVOLUÇÃO EDUCACIONAL NÃO HAVERÁ FUTURO



Rafael Lucchesi

Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), diretor-geral do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e diretor-superintendente do Serviço Social da Indústria (SESI)

Somos um país de capitalismo tardio, de industrialização retardatária, que, por mais de três séculos e meio, baseou seu funcionamento em um regime de escravidão, sem valorizar a educação. No início do século XX, o Brasil tinha um ano de escolaridade média da população adulta – apenas um ano! A Europa Ocidental e a América do Norte já tinham, à época, 8 anos de escolaridade média da população adulta, índice que só alcançamos 100 anos depois, já no século XXI. Isso traduz e dá a exata dimensão do nosso atraso com relação a outras sociedades: um século. O Brasil fez uma revolução industrial, mas não fez sua revolução educacional ou revolução iluminista. Ocorre que a revolução educacional e a revolução industrial são fenômenos históricos que se correlacionam fortemente e, se não se apoiam mutuamente, fracassam.

A lógica da educação de massa como um dever do Estado e direito do cidadão é uma construção da revolução industrial, que a impulsiona, mas que, no Brasil, só surge em 1988, com a Nova Constituição. O Estado brasileiro não é tão antigo como o dos países centrais. A “*ossatura material do Estado*”, expressão da professora *Sonia Draibe*, se dá em nome do desenvolvimentismo, a partir dos anos 1930, 1940. Além desse atraso, perdemos várias oportunidades: *Reforma Capanema*, de 1942, com seus acertos e erros; o PAEG (*Plano de Ação Econômica do Governo*), de 1964, que como muitos sabem, serviu de inspiração para a revolução educacional sul-coreana; e o *Programa Campos-Bulhões*, de 1967, que tinha a revolução educacional como uma de suas metas.

Se reunirmos os dez maiores especialistas em educação do Brasil, nenhum entende de desenvolvimento econômico; se reunirmos os dez maiores especialistas em desenvolvimento econômico, nenhum entende de educação.

Várias oportunidades foram perdidas. Perdemos a Terceira Revolução Industrial, quando a economia brasileira capotou nos anos 80. O Brasil produzia, então, 29 milhões de toneladas de aço, e a China, 36 milhões. Naquela ocasião, nossa renda *per capita* era dez vezes maior que a chinesa. Hoje, nós produzimos 34 milhões de toneladas de aço e a

China, mais de 900 milhões. Mesmo sem fazer uma revolução educacional, éramos o país que mais crescia no mundo. Regredimos ao perder o protagonismo do crescimento a partir da indústria e adotar a obsessão da macroeconomia do mercado, além de uma série de ideias antiquadas. Regredimos, inclusive industrialmente. A indústria chegou a representar 50% do PIB brasileiro; hoje representa menos da metade, 22%. Quem pegou a liderança do crescimento no mundo foi a China e os tigres asiáticos, que colocaram a industrialização como meta na frente do crescimento. Perdemos essa agenda de possibilidades abertas pela Terceira Revolução Industrial, e é claro que isso teve um custo econômico, social, de cidadania e de inclusão.

Ainda não entendemos a engenharia das instituições. Os alemães têm consciência clara sobre a serventia do sistema educacional e das demais instituições que compõem a República. A Universidade de Berlim foi decisiva para a Alemanha ganhar a guerra franco-prussiana. Nossa universidade não se encaixa na agenda de desenvolvimento brasileiro, tampouco o ensino em massa na educação de base é percebido como parte do esforço necessário para o desenvolvimento. Ainda não montamos um *lego* que seja capaz de estabelecer diálogo entre educação e desenvolvimento

econômico, para um projeto de país. Os dois temas são tratados com discussões apartadas. Se reunirmos os dez maiores especialistas em educação do Brasil, nenhum entende de desenvolvimento econômico; se reunirmos os dez maiores especialistas em desenvolvimento econômico, nenhum entende de educação.

Digo que essa é uma construção apartada porque ainda não montamos o tabuleiro correto para a engenharia das instituições que impulsionam a economia. Se antes perdemos a Terceira Revolução Industrial, agora estamos ficando de fora de uma nova geopolítica mundial, polarizada por dois países que investem 500 bilhões de dólares/ano no domínio das tecnologias que vão estabelecer as cadeias de valor do futuro: China e Estados Unidos. Se adicionarmos Alemanha, França e Inglaterra a esse grupo, o total de investimentos nessa área estratégica deve chegar a US\$ 1 trilhão. Enquanto isso, o Brasil investe uma ínfima quantia nesse campo: algo em torno de US\$ 20 bilhões. Estamos, novamente, ficando para trás e vamos continuar nossa regressão, com chances reais de perdemos, também, o bonde da Quarta Revolução Industrial. Falta consciência estratégica de um projeto de país. No centro da construção desse projeto, temos que colocar educação, ciência, tecnologia e inovação – ou não teremos futuro.

Não existe projeto de futuro para o Brasil que não pense em uma educação inclusiva. A agenda de desigualdade não vai ser resolvida por nenhum programa assistencialista, e, sim, pela educação, aumentando e promovendo a distribuição da renda social. A agenda da produtividade e da competitividade não vai ser resolvida pela reforma trabalhista, que é importante; será resolvida pela educação. Esse é o pilar fundamental, que precisamos reverter como uma agenda de todos e para todos. A capacidade inovativa, transformadora, que vem dos centros de pesquisas, dos doutores formados pela universidade, não vai ser sustentada se não houver uma sólida base educacional. Essa é a oportunidade única, o caminho único, na sociedade do conhecimento para a meta de dobrarmos a renda *per capita* nacional.

Tudo que fizemos no nosso sistema educacional tardio foi orientado para resgatar *déficits* acumulados. Era uma questão de priorização. Estávamos tão atrasados que a excelência foi ficando para depois. Mais do que isso, as pessoas que lideraram esse processo vinham do *mainstream* educacional. Para viabilizar a transformação dessa realidade, teremos que mudar nossas mentalidades e isso tem a ver com mudar a cultura do país e a percepção sobre como fazer da escola um vetor transformador.

O CAMINHO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Outro fator que ajuda a explicar a tragédia do nosso sistema educacional é a constatação de que a reflexão pedagógica brasileira nunca olhou de maneira verdadeira para a educação técnica profissional, sobre a necessidade de estabelecermos um sistema educacional mais inclusivo, como acontece na maior parte dos países. Se 70% dos pais têm menos anos de escolaridade do que seus filhos, eles não vão perceber a falta de qualidade do ensino. Pensarmos que é necessária e possível uma escola para todos, com a mesma qualidade, é questão de transição cultural, de aposta geracional. Não basta só treinar e capacitar professores. A matriz educacional brasileira é o maior modelo de exclusão social.

A agenda educacional tem que estar associada a saneamento, associada ao letramento e a transformações de inclusão. O Brasil tem 212 milhões de habitantes, uma População Economicamente Ativa (PEA) de 170 milhões, e 80 milhões de brasileiros adultos sem o ensino médio – dos quais 60 milhões não têm sequer o ensino fundamental. Temos uma dívida histórica muito grande com relação a essa agenda. Nas últimas décadas, o investimento do Brasil

Falta consciência estratégica de um projeto de país. No centro da construção desse projeto, temos que colocar educação, ciência, tecnologia e inovação – ou não teremos futuro.

em educação saltou de 2% para 6% de gasto do PIB sem resultados de qualidade expressivos. Por isso, a ideia de mais dinheiro para o setor deve ser complementada com a ideia de fazer política pública com eficiência e eficácia na alocação dos recursos públicos. Um estudo do *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA) mostra que a execução do atual Plano Nacional de Educação (PNE) custaria de 14% a 18% do PIB; portanto, não cabe no PIB. A Coreia do Sul, com seu excelente sistema educacional, gasta 3,5% do PIB nessa área.

A reflexão pedagógica brasileira nunca olhou de maneira verdadeira para a educação técnica profissional, sobre a necessidade de estabelecermos um sistema educacional mais inclusivo, como acontece na maior parte dos países.

Há mais de oito décadas, o Sistema Indústria – integrado por CNI, SESI, SENAI e IEL (*Instituto Euvaldo Lodi*) – tem se colocado como parceiro para ajudar a fortalecer e a aprimorar essa agenda tão fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Desde sua fundação, em 1942, o SENAI já formou e qualificou

mais de 80 milhões de jovens e trabalhadores dos mais diversos setores da indústria e em todas as regiões do país. Atualmente, a entidade se dedica, especialmente, a ajudar empresas e trabalhadores a ingressarem de forma competitiva no disruptivo mundo digital que caracteriza a Quarta Revolução Industrial. O SESI, por sua vez, tem um sistema estruturado de ensino digital e adaptativo, que pode ajudar muito na revolução educacional necessária para o Brasil. Temos um padrão de tecnologias educacionais, também toda a parte necessária à formação de professores, sobretudo com o desafio da nova *Base Nacional Comum Curricular*. Encapamos essa missão com uma mentoria fantástica – liderada pela professora Maria Helena Guimarães de Castro (*atual presidente do Conselho Nacional de Educação*) – para a educação continuada e a formação de professores. Essa é uma agenda decisiva não só para os 10 mil professores da rede SESI, ou para os 12 mil professores da rede SENAI, mas, também, de apoio à rede pública.

Partimos da premissa de que o trabalhador da indústria de amanhã está hoje em uma escola municipal ou estadual de baixa qualidade. Nossa missão não é só fazer uma escola excelente, um elevador de mobilidade social para os 300 mil

jovens que estudam nas escolas SESI, mas pensar nos 38 milhões de alunos do sistema educacional público, porque essa é a agenda do Brasil. Na média da *Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico* (OCDE), 37% dos jovens vão para a universidade; no Brasil, esse índice é de 20%. Precisamos aumentar o esforço, mas nosso *déficit* no ensino médio é muito maior.

Não se deve pensar em um sistema de educação padronizado para todos. Quando os jovens de renda alta fazem intercâmbio, eles veem que a educação técnica profissional é uma opção da vocação e do projeto de vida e carreira das pessoas. A universidade não está nos desejos de todos. As 21 profissões técnicas mais demandadas pela indústria brasileira têm salários iniciais competitivos, se comparados com as formações mais sofisticadas da universidade. Um técnico em mineração, com mais de 10 anos de experiência, por exemplo, ganha mais de 12 mil reais por mês. Um inspetor de sonda, para obras de alta complexidade ou em plataformas de petróleo, normalmente ganha mais do que um engenheiro. Precisamos deixar o preconceito de lado e pensar na necessidade de termos educação para todos. É forçoso reconhecer, também, que não temos pessoas suficientemente formadas para atender às demandas das indústrias em diversas áreas.

APRENDIZAGEM, INCLUSÃO E PRODUTIVIDADE

Sem o SENAI, o Brasil não teria a evolução industrial que conseguiu no início da segunda metade do século XX. Essa instituição do patronato empresarial – inspirada no modelo do alemão, austríaco e suíço – teve papel decisivo para toda a cadeia de geração de riqueza no país ao longo das últimas oito décadas, assim como o SESI que, desde 1946, tem papel relevante para ampliar o fragmentado Estado de bem-estar social em uma sociedade profundamente desigual. Essas instituições conectam a industrialização com nosso histórico de exclusão e de desigualdade.

O processo de aprendizagem se dá sobre a plataforma da iluminação neural. De 95% a 99% da capacidade cognitiva da criança se forma entre 0 e 2 anos. O vocabulário dos segmentos de mais baixa renda no Brasil está em torno de 10 a 15 mil palavras, e o de pais universitários com renda média e alta está ao redor de 200 mil. Isso é uma desigualdade brutal e quase definitiva: provoca uma desvantagem absurda, do ponto de vista da desigualdade do domínio da lógica, que tende a se manter por toda a vida. Essa perda pessoal provoca perda social no processo de

desenvolvimento, porque a promoção da educação de massa com qualidade é necessária para a elevação da produtividade do trabalho.

Pela mesma razão, o saneamento básico também tem impacto sobre a indústria e o crescimento econômico. Se a criança tiver problemas de saúde, por causa da ausência de condições sanitárias ao seu redor, no lugar de usar energia para aproveitar a iluminação natural, gasta energia para sobreviver. O saneamento é uma agenda do século XX que não cumprimos e, em consequência disso, milhões de brasileiros ficam impedidos de desenvolver seu potencial intelectual e cognitivo, deixando de contribuir plenamente para o desenvolvimento econômico do país.

O sistema educacional brasileiro é orientado para uma formação academicista, mas quase 80% dos jovens não chegam ao ensino superior, nem adquirem as bases do conhecimento necessário para a vida no século XXI, tampouco os fundamentos para participar de uma identidade social, conferida pelo sistema educacional para todos. Temos que, ao mesmo tempo, assegurar uma iluminação neural na primeira infância, resolver o problema de saneamento, corrigir as distorções da matriz educacional e ampliar a qualidade do ensino, em todos os seus níveis.

TARDIA, RETARDATÁRIA E DESARTICULADA

Rafael Lucchesi lembra que nossa industrialização foi tardia, retardatária, mas, sobretudo, desarticulada. Ele nos desperta para o fato de não termos contado com o apoio da educação de base para toda a população, necessária para a construção de um sistema de ciência, tecnologia e inovação.

O descuido com a educação de base é certamente a maior lacuna do pensamento econômico na formulação de políticas públicas de desenvolvimento nas últimas décadas. Os planos e as estratégias adotados pelos economistas não consideram que uma população educada sempre foi fator central para o progresso de qualquer país, ainda mais a partir das últimas décadas do século XX, quando o mundo ingressa na economia baseada no conhecimento.

O descuido com a educação decorre, sobretudo, da base social escravocrata durante toda a nossa história: primeiro, negando escola para os libertos pela Lei do Ventre Livre e pela Lei Áurea; depois, para os pobres em geral até os primeiros anos do século XXI. Atualmente, faz isso mantendo um sistema educacional com escola de qualidade para poucos, até o final do ensino médio. Apesar disso, tivemos crescimento econômico por 100 anos, o que não é mais possível. A eficiência da economia e da sociedade dependem agora da educação de toda a população, como mostra o êxito recente de alguns países que, até meados do século XX, estavam atrás de nós. Cada cérebro deixado para trás é um desperdício de potencial econômico e social. O caso mais emblemático é o da Coreia do Sul.

A educação não é mais apenas uma necessidade social, como água, eletricidade e transporte; é o vetor fundamental do progresso. Para que esse vetor funcione, Rafael Lucchesi chama atenção para a necessidade de casarmos o pensamento econômico ao pensamento da educação, com o propósito de aumentar e distribuir a renda social de forma sustentável e por métodos democráticos.

Chama atenção, também, para a importância do atendimento das necessidades sociais – especialmente saneamento – como condição para o avanço da educação. Sem saneamento, as crianças têm o desenvolvimento cognitivo sacrificado e sua educação de base comprometida desde a primeira infância.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA